

Revista de Direito
ADMINISTRATIVO
& CONSTITUCIONAL

A&C

DOUTRINA

INSTITUTO DE DIREITO
ROMEU FELIPE
BACELLAR

IPDA
Instituto Paranaense de
Direito Administrativo

 **EDITORA
Fórum**

Sumário

Editorial.....	9
----------------	---

DOCTRINA

Artigos

Relação entre desenvolvimento econômico, desenvolvimento constitucional e originalidade do Brasil

Michele Carducci	15
1 Constituições e ideias de desenvolvimento.....	16
2 O "transformativismo" constitucional	18
3 Os paradigmas do "dirigismo" constitucional.....	19
4 Uma Constituição "macroterritorial"	21

La "buena administración" y el "interés general"

Graciela Ruocco	27
Introducción	27
1 Origen y evolución del concepto de "interés general".....	30
2 Origen y evolución del concepto de buena administración.....	32
3 La buena administración como un derecho fundamental de contenido plural.....	34
4 La buena administración como un deber, correlativo del derecho	36
5 La buena administración como un principio rector.....	38
6 La "buena administración" debe servir con eficacia el "interés general"	41

Reflexiones sobre la justicia contencioso administrativa en México

Rubén Minutti Zanatta	47
I Competencia.....	47
II Denominación y ubicación.....	48
III Proceso y problemática.....	50
IV Crítica y propuesta.....	62

Le prospettive del policentrismo in Italia – Radici e costruzioni identitarie tra storiografia e dottrina giuridica

Gianfranco Stanco	67
1 Lo Stato liberale tra opzioni autonomistiche e scelte di accentramento	68
2 Il centralismo autoritario dello Stato corporativo	80
3 Il pluralismo territoriale della Costituzione repubblicana	84
4 La <i>Repubblica delle autonomie</i> – Regionalismo o municipalismo?	95

A intervenção estatal na economia e o direito ao meio ambiente

Alfonso Buteler	109
1 Introdução	110
2 A intervenção estatal na Constituição Argentina	110
3 Reflexões sobre desenvolvimento econômico, meio ambiente e intervenção estatal.....	117

A objeção de consciência no Direito Internacional e os direitos fundamentais – Reflexos no constitucionalismo brasileiro		
Eduardo Biacchi Gomes, Rogério Carlos Born		121
1	Introdução.....	122
2	O Direito Internacional e a liberdade de consciência.....	123
3	A objeção de consciência no Direito Comparado e no direito brasileiro.....	127
4	Considerações finais.....	133
	Referências.....	135
Comissão Parlamentar de Inquérito – Substituição de membro da comissão – Ato <i>interna corporis</i>		
Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz		139
Paradoxos do federalismo – Uma observação pragmático-sistêmica		
Caroline Müller Bitencourt, Janriê Rodrigues Reck		151
	Introdução.....	151
1	Federalismo em termos sistêmicos.....	153
2	Preponderância de interesses e o dever de decisão.....	166
3	Competências Públicas na Constituição de 1988 – Procedimentos de decisão.....	169
	Considerações finais.....	173
	Referências.....	174
De poder nulo a poder supremo – O Judiciário como superego		
José Emílio Medauar Ommati, Julio Pinheiro Faro		177
1	Introdução.....	177
2	O início da supremacia do Judiciário.....	180
3	A crítica ao Judiciário como superego.....	182
4	Independência e comportamento dos juízes.....	190
5	Conclusões.....	203
	Referências.....	204
Serviço público e concorrência – Ensaio para uma quebra do princípio da titularidade estatal exclusiva		
Fernando Menegat		207
1	Introdução.....	207
2	Regulação estatal dos serviços públicos.....	209
2.1	A evolução histórica da noção de serviço público.....	209
2.2	Estado subsidiário, regulação estatal e serviços públicos.....	214
3	Serviço público e concorrência.....	221
3.1	Regulação e concorrência.....	222
3.2	Concorrência nos serviços públicos: propostas para uma quebra do princípio da titularidade estatal exclusiva.....	228
4	Conclusão.....	243
Regime Diferenciado de Contratações sob a ótica do princípio da supremacia do interesse público		
Isabelle de Carvalho Rodrigues, Victor Godeiro de Medeiros Lima		247
1	Introdução.....	247
2	Regime Diferenciado de Contratações.....	249
2.1	Objetivos do Regime Diferenciado de Contratações.....	250
2.2	Princípios básicos aplicáveis ao RDC.....	251
2.3	Eventos nos quais o RDC pode ser aplicado.....	251

2.3.1	Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.....	252
2.3.2	Copa das Confederações da Federação Internacional de Futebol Associado – FIFA 2013 e Copa do Mundo FIFA 2014.....	253
3	Tribunal de Contas da União.....	253
3.1	Atuação do TCU frente ao RDC.....	254
4	Observância do princípio da supremacia do interesse público sob a luz do RDC.....	255
4.1	Princípio da supremacia do interesse público.....	255
4.2	O Regime Diferenciado de Contratações atenderia o interesse público?.....	256
4.2.1	Os eventos esportivos em questão são benéficos ao País?.....	256
4.2.2	Seria a criação do RDC mesmo necessária?.....	257
5	Considerações finais.....	258
	Referências.....	260

Parecer

Eleição para cargos diretivos de Tribunal de Justiça e capacidade eleitoral passiva.
Limites do poder constituinte estadual

Clèmerson Merlin Clève	265
1 A consulta.....	265
2 A inconstitucionalidade do art. 99, I, da Constituição Estadual do Paraná e do art. 82, §8º, do Regimento Interno do TJ/PR.....	266
3 Inaplicação das disposições inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça do Paraná.....	272
4 Conclusão.....	275

ÍNDICE	277
---------------------	-----

ABSTRACTS	283
------------------------	-----

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES	287
---	-----